rio Pereira de Mattos. Canta-se a primeira estrofe do hino 369, "Castelo Forte é Vosso Deus". O Rev. Cícero Siqueira procede à leitura do Salmo 16. O Rev. Presidente, juntamente com os demais membros da mesa, procedem à leitura, em voz alta, do Prêambulo da Constituição e, em seguida, o Rev. Presidente com solenidade promulga a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil. Faz oração o Rev. Natanael Cortez, vice-presidente. A mesa passa a assinar os três exemplares da Constituição supra referida, considerados originais igualmente oficiais, dos quais um ficará depositado no arquivo da Secretaria Executiva da Igreja, um ficará depositado no Seminário Presbiteriano de Campinas e um ficará no Seminário Presbiteriano do Norte. Ainda a assinatura dos três cópias supra referidas, por todos os deputados que formam esta constituinte, resolve-se encerrar, cantando-se o hino 177; orou o Rev. Amantino Adorno Vassão, Secretário Executivo. O às dezanove horas e trinta minutos encerra-se a sessão, com a bênção apostólica pelo Presidente, Rev. Benjamim Moraes. E eu, Adolpho Anders, segundo secretário, lavrei esta ata que assino, juntamente com o Rev. Presidente. Templo da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, em Presidente Soares, vinte e julho, de mil novecentos e cinquenta. (a) Benjamim Moraes, Presidente. (a) Adolpho Anders, 2º Secretário.

Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Prêambulo. Prêambulo: Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, nós, legítimos representantes da Igreja Cristã Presbiteriana do Brasil, reunidos em Supremo Concílio, no ano de mil novecentos e cinquenta, com poderes para reforma da Constituição, investidos de toda au-

toridade para cumprir as resoluções da legislatura de mil novecentos e quarenta e seis, depositando toda nossa confiança na bênção do Deus Altíssimo e tendo em vista a promoção da paz, disciplina, unidade e edificação do povo de Cristo, elaboramos, decretamos e promulgamos para glória do Deus a seguinte Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Lei. Capítulo I - Natureza, Governo e Fins da Igreja.

Artigo 1 - A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas locais, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve; rege-se pela presente Constituição; é pessoa jurídica, de acordo com as leis do Brasil, sempre representada civilmente pela sua Comissão Executiva e exerce o seu governo por meio de concílios e indivíduos, regularmente instalados.

Artigo 2 - A Igreja Presbiteriana do Brasil tem por fim prestar culto a Deus, em espírito e verdade, pregar o Evangelho, batizar os conversos, seus filhos e menores sob sua guarda e "ensinar os fiéis a guardar a doutrina e prática das Escrituras do Antigo e Novo Testamentos, na sua pureza e integridade, bem como promover a aplicação dos princípios de fraternidade cristã e o crescimento de seus membros na graça e no conhecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo".

Artigo 3 - O poder da Igreja é espiritual e administrativo, residindo na corporação, isto é, nos que governam e nos que são governados. § 1º - A autoridade dos que são governados é exercida pelo povo reunido em assembleia, para: a) eleger pastores e oficiais da Igreja ou pedir a sua exoneração; b) pronunciar-se a respeito

to dos mesmos, bem como sobre questões orçamentárias e administrativas, quando o Conselho o solicitar; c) deliberar sobre a aquisição ou alienação de imóveis e propriedades, tudo de acordo com a presente Constituição e as regras estabelecidas pelos concílios competentes. § 2º - A autoridade dos que governam é de ordem e de jurisdição. É de ordem, quando exercida por oficiais, individualmente, na administração de sacramentos e na impetração da bênção pelos ministros e na integração de concílios por ministros e presbíteros. É de jurisdição, quando exercida coletivamente por oficiais, em concílios, para legislar, julgar, admitir, excluir ou transferir membros e administrar as comunidades. Capítulo

Organização das II - Organização das comunidades locais. Artigo 4º -

Comunidades Locais (cap. II) A Igreja local é uma comunidade constituída de crentes professos, juntamente com seus filhos e outros menores sob sua guarda, associados para os fins mencionados no art. 2 e com governo próprio, que reside no Conselho. § 1º - Ficará a cargo dos Presbitérios, Juntas Missionárias ou dos Conselhos, conforme o caso, comunidades que ainda não podem ter governo próprio. § 2º - Essas comunidades serão chamadas pontos de pregação ou congregações, conforme o seu desenvolvimento, a juízo do respectivo Concílio ou Junta Missionária. § 3º - Compete aos Presbitérios ou Juntas Missionárias providenciar para que as comunidades, que tenham alcançado suficiente desenvolvimento, se organizem em igrejas. Artigo 5º - Uma comunidade de cristãos poderá ser organizada em igreja, somente quando oferecer garantias de estabilidade, não só quanto ao número de crentes professos, mas também quanto aos recur-

so pecuniários indispensáveis à manutenção regular de seus encargos, inclusive as causas gerais, e disponha de pessoas aptas para os cargos eletivos. Artigo 6. - As igrejas devem adquirir personalidade jurídica. § único - Antes de uma congregação constituir-se em pessoa jurídica deve organizar-se em igreja. Artigo 7. - No caso de dissolver-se uma igreja, ou separar-se da Igreja Presbiteriana do Brasil, os bens passam a pertencer ao Concílio imediatamente superior e, assim sucessivamente, até o Supremo Concílio, representado por sua Comissão Executiva, que resolverá sobre o destino dos bens em apêço. § único - Tratando-se de cisma ou cisão em qualquer comunidade presbiteriana, os seus bens passarão a pertencer à parte fiel à Igreja Presbiteriana do Brasil e, sendo total o cisma, reverterão à referida Igreja, desde que esta permaneça fiel às Escrituras do Velho e Novo Testamentos e à Confissão de Fé. Artigo 8. - O governo e a administração de uma igreja local competem ao Conselho, que se compõe de pastor ou pastores e dos presbíteros. § 1º - O Conselho, quando julgar conveniente, poderá consultar os diáconos sobre questões administrativas, ou incluí-los, pelo tempo que julgar necessário, na administração civil. § 2º - A administração civil não poderá reunir-se e deliberar sem a presença de mais da metade de seus membros. Artigo 9. - A assembleia geral da igreja constará de todos os membros em plena comunhão e se reunirá ordinariamente, ao menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, convocada pelo Conselho, sempre que for necessário, regendo-se pelos respectivos estatutos.

§ 1.º - Compete à assembleia: a) eleger pastores e oficiais da igreja; b) pedir a exoneração deles ou opinar a respeito, quando solicitada pelo Conselho; c) aprovar os seus estatutos e deliberar quanto à sua constituição em pessoa jurídica; d) ouvir, para informação, os relatórios do movimento da igreja no ano anterior, e tomar conhecimento do orçamento geral para o ano em curso; e) proferir-se sobre questões examentárias e administrativas, quando isso lhe for solicitado pelo Conselho; f) adquirir, permutar, alienar, gravar de onus real, dar em pagamento imóvel de sua propriedade e aceitar doações ou legados onerosos ou não, mediante parecer prévio do Conselho e, se este julgar (necessário) diga conveniente também do respectivo Presbitério; g) conferir a dignidade de pastor emérito, presbitero emérito e diácono emérito.

§ 2.º - Para tratar dos assuntos a que se referem as alíneas "c", "d" e "f" do parágrafo anterior a assembleia deverá constituir-se de membros civilmente capazes. Artigo 10 - A presidência da assembleia da igreja cabe ao pastor e na sua ausência, ou impedimento, ao pastor auxiliar, se houver. Parágrafo único - Na ausência ou impedimento dos pastores caberá ao vice-presidente do Conselho assumir a presidência da assembleia.

Capítulo III - Membros da Igreja. Seção 1.º - Classificação, direitos e deveres dos membros da Igreja. Artigo 11 - São membros da Igreja Presbiteriana do Brasil as pessoas batizadas e inscritas no seu rol, bem como as que se lhe tenham unido por adesão ou transferência de outra Igreja Evangélica e tenham recebido o batismo bíblico. Artigo 12 - Os membros da Igreja são: comungan-

membros da Igreja (cap. III)

tes e não comungantes; comungantes são os que tenham feito a sua pública profissão de fé; não comungantes são os menores de dezoito anos de idade que, batizados na infância, não tenham feito a sua pública profissão de fé. Artigo 13 - Somente os membros comungantes gozam de todos os privilégios e direitos da Igreja. § 1º - Só poderão ser votados os maiores de dezoito anos e os civilmente capazes. § 2º - Para alguém exercer cargo eletivo na igreja é (deu) dito indispensável o decurso de seis meses após a sua recepção; para o presbitério ou diaconato, o prazo é de um ano, salvo casos excepcionais, a juízo do Conselho, quando se tratar de oficiais vindos de outra Igreja Presbiteriana. § 3º - Somente membros de igreja evangélica, em plena comunhão, poderão tomar parte na Santa Ceia do Senhor e apresentar ao batismo seus filhos, bem como os menores sob sua guarda. Artigo 14 - São deveres dos membros da Igreja, conforme o ensino e o espírito de Nosso Senhor Jesus Cristo: a) viver de acordo com a doutrina e prática da Escritura Sagrada; b) honrar e propagar o Evangelho pela vida e pela palavra; c) sustentar a Igreja e as suas instituições, moral e financeiramente; d) obedecer às autoridades da Igreja, enquanto estas permanecerem fiéis às Sagradas Escrituras; e) participar dos trabalhos e reuniões da sua igreja, inclusive assembleias. Artigo 15 - Perderão os privilégios e direitos de membros os que forem excluídos por disciplina e, bem assim, os que, embora moralmente inculpeis, manifestarem o desejo de não permanecer na igreja. Seção 2ª - Admissão de membros. Artigo 16 - A admissão aos privilégios e direitos de

membro comungante da igreja dar-se-á por: a) profissão de fé dos que tiverem sido batizados na infância; b) profissão de fé e batismo; c) carta de transferência de igreja evangélica; d) jurisdição a pedido sobre os que vierem de outra comunidade evangélica; e) jurisdição ex-officio sobre membros de comunidade presbiteriana, após um ano de residência nos limites da igreja; f) restauração dos que tiverem sido afastados ou excluídos dos privilégios e direitos da igreja; g) designação do presbitério nos casos do § 1º do art. 48 alíneas a e b § 1º. Artigo

17 - Os membros não comungantes são admitidos por: a) batismo na infância, de menores apresentados pelos pais ou responsáveis; b) transferência dos pais ou responsáveis; c) jurisdição assumida sobre os pais ou responsáveis. Secção 3ª - Transfe-

rência de membros - Artigo 18 - A transferência de membros comungantes da igreja ou congregação dar-se-á por: a) carta de transferência com destino determinado; b) jurisdição ex-officio. Artigo

19 - Conceder-se-á carta de transferência para qualquer igreja evangélica a membros comungantes e não comungantes. Parágrafo único - A transferência de membros não comungantes far-se-á a pedido dos pais ou responsáveis e, na falta destes, a juízo do Conselho. Artigo 20 - Não se assumirá jurisdição sobre membros de outra comunidade

evangélica sem que o pedido seja feito por escrito, acompanhado de razões. Parágrafo único - Em hipótese alguma se assumirá jurisdição ex-officio sobre membro de qualquer outra comunidade

evangélica. Artigo 21 - A carta de transferência apenas certificará que o portador estava em

plena comunhão na data em que foi expedida; e só será válida por seis meses, devendo ser enviada diretamente à autoridade eclesiástica competente. Artigo 22. Enquanto não se tornar efetiva a transferência, continuará o crente sob a jurisdição da autoridade que expediu a carta. § 1º - Se a autoridade eclesiástica tiver motivo para recusar-se a admitir qualquer pessoa, deverá devolver a carta de transferência a quem a expediu, acompanhada das razões por que assim procede. § 2º - O crente que não foi normalmente transferido para a igreja da localidade em que reside há mais de um ano, deve ser, via de regra, arrolado nesta por jurisdição ex-officio; todavia, a jurisdição será assumida em qualquer tempo, desde que o referido crente deva ser disciplinado. § 3º - Efetuada a transferência, será o fato comunicado à igreja ou congregação de origem. Seção 4ª - Demissões de membros. Artigo 23 - A demissão de membros comungantes dar-se-á por: a) exclusão por disciplina; b) exclusão a pedido; c) exclusão por ausência; d) carta de transferência; e) jurisdição assumida por outra igreja; f) falecimento. § 1º - Aos que estiverem sob processo não se concederá carta de transferência, nem deles se aceitará pedido de exclusão. § 2º - Os membros de igreja, de paradeiro ignorado durante um ano, serão inscritos em rol separado; se dois anos após este prazo não forem encontrados, serão excluídos. § 3º - Quando um membro de igreja for ordenado ministro, será o seu nome transferido, para efeito de jurisdição eclesiástica, para o rol do respectivo (presbitério) digo presbitério. Artigo 24 - A demissão de membros não

comungantes dar-se-á por: a) carta de transferência dos pais ou responsáveis, a juízo do Conselho; b) carta de transferência nos termos do Sícnico, in fine do artigo 9, c) haverem atingido a idade de dezoito anos; d) profissão de fé; e) solicitação dos pais ou responsáveis que tiverem aderido a outra comunidade religiosa, a juízo do Conselho; f) falecimento. Ca-

Oficiais (cap. IV)
Seção 1.ª - Classifi-
cação

título IV - Oficiais. Seção 1.ª - Classificação. Artigo 2.º - A Igreja exerce as suas funções na esfera da doutrina, governo e beneficência, mediante oficiais que se classificam em: a) ministros do Evangelho ou presbíteros docentes; b) presbíteros regentes; c) diáconos. § 1.º - Estes ofícios são perpétuos, mas o seu exercício é temporário. § 2.º - Para o oficialato só poderão ser votados homens maiores de dezoito anos e (oficialmente) digo civilmente capazes. Artigo 2.º - Os ministros e os presbíteros são oficiais de concílios da Igreja Presbiteriana do Brasil; os diáconos, da igreja a que pertencem. Artigo 3.º - O ministro é membro ex-officio do Presbitério, e do Conselho, quando pastor da igreja; do Sinodo e do Supremo Concílio, quando eleito representante; o presbítero é membro ex-officio do Conselho, e dos Concílios Superiores, quando eleito para tal fim. § 1.º - Ministros e presbíteros, embora não sendo membros de um concílio, poderão ser incluídos nas comissões de que trata o artigo 99, itens d e e....., desde que jurisdicionados por aquele concílio. § 2.º - Para atender às leis civis, o ministro será considerado membro da igreja de que for pastor, continuando, porém, sob a jurisdição do Presbitério. Artigo 4.º - A admissão a qualquer ofício depende: a) da vocação do Espírito Santo, reconhecida pela aprovação

Seção 2ª - Mi-

nistro do Evangelho

ção do povo de Deus; b) da ordenação e investidura solene, conforme a liturgia. Artigo 29 - Nenhum oficial pode exercer simultaneamente dois ofícios, nem pode ser constrangido a aceitar cargo ou ofício contra a sua vontade. Seção 2ª - Ministro do Evange-

lho. Artigo 30 - O Ministro do Evangelho é o oficial consagrado pela Igreja, representada no Presbitério, para dedicar-se especialmente à pregação da Palavra de Deus, administrar os sacramentos, edificar os crentes e participar, com os presbíteros regentes, do governo e disciplina da comunidade.

§ único - Os títulos que a Sagrada Escritura dá ao ministro, de Bispo, Pastor, Ministro, Presbítero ou Ancião, Anjo da Igreja, Embaixador, Evangelista, Pregador, Doutor e Dispensador dos Mistérios de Deus, indicam funções diversas e nos graus diferentes de dignidade no ofício. Artigo 31 - São

funções privativas do ministro: a) administrar os sacramentos; b) invocar a bênção apostólica sobre o povo de Deus; c) celebrar o casamento religioso com efeito civil; d) orientar e supervisionar a liturgia na igreja de que é pastor. Artigo 32 - O

ministro, cujo cargo e exercício são os primeiros na igreja, deve conhecer a Bíblia e sua teologia; ter cultura geral; ser apto para ensinar e saber na fé; irrepreensível na vida; eficiente e zeloso no cumprimento dos seus deveres; ter vida piedosa e gozar do devido de bom conceito, dentro e fora da igreja. Artigo 33 - O ministro poderá ser de-

signado pastor - efetivo, pastor auxiliar, pastor - evangelista e missionário. § 1º - É pastor efetivo o ministro eleito e instalado numa ou mais igrejas, por tempo determinado e também o mi-

ministro designado pelo Presbitério, por prazo definido, para uma ou mais igrejas, quando estas, sem designação de pessoa, o pedirem ao Concílio. § 2º - É pastor auxiliar o ministro que trabalha sob a direção do pastor, sem jurisdição sobre a igreja, com voto, porém no Conselho, onde tem assento ex-officio, podendo, eventualmente, assumir o pastorado da igreja, quando convidado pelo pastor ou, na (ausência) dele sua ausência, pelo Conselho. § 3º - É pastor-evangelista o designado pelo Presbitério para assumir a direção de uma ou mais igrejas ou de trabalho incipiente. § 4º - É missionário o ministro chamado para evangelizar no estrangeiro ou em lugares longínquos na Pátria. Artigo 34 - A designação de pastores obedecerá ao que abaixo se prescreve: a) O pastor efetivo será eleito por uma ou mais igrejas, pelo prazo máximo de cinco anos, podendo ser reeleito, competindo ao Presbitério julgar das eleições e dar posse ao eleito; b) O pastor efetivo, designado pelo Presbitério nas condições do artigo anterior, parágrafo 1º, in fine, tomará posse perante o Presbitério e assumirá o exercício na primeira reunião do Conselho; c) O pastor auxiliar será designado pelo Conselho por um ano, mediante prévia indicação do pastor e aprovação do Presbitério, sendo empossado pelo pastor, perante o Conselho; d) O pastor-evangelista será designado pelo Presbitério, diante do qual tomará posse e assumirá o exercício perante o Conselho, quando se tratar de igreja; e) O missionário, ceado pelo Presbitério a organização que superintende a obra missionária, receberá atribuição para organizar igrejas ou congregações na forma desta Constituição, dan-

do de tudo relatório ao Conselho. Artigo 35 - O sustento do pastor efetivo e do pastor-auxiliar cabe às igrejas que fixarão os vencimentos, com aprovação do Presbitério; os pastores-evangelistas serão mantidos pelos Presbitérios; os missionários, pelas organizações responsáveis. Artigo 36 - São atribuições do ministro que pastoreia igreja: a) orar com o rebanho e por este; b) apresentá-lo na doutrina cristã; c) exercer as suas funções com zelo; d) orientar e superintender as atividades da igreja, a fim de tornar eficiente a vida espiritual do povo de Deus; e) prestar assistência pastoral; f) instruir os neófitos, dedicar atenção à infância e à mocidade, bem como aos necessitados, aflitos, enfermos e desviados; g) exercer, juntamente com os outros presbíteros, o poder coletivo de governo. Único - Dos atos pastorais realizados, o ministro apresentará, periodicamente, relatórios ao Conselho, para registro. Artigo 37 - Os ministros poderão ser designados para exercer funções na imprensa, na beneficência, no ensino ou em qualquer outra obra de interesse eclesial. Em qualquer destes cargos terão a superintendência espiritual dos que lhes forem confiados. Artigo 38 - A atividade do ministro deve ser superintendida pelo Presbitério, ao qual, anualmente, prestará relatório dos seus atos. Artigo 39 - Para ausentar-se do seu campo de trabalho por prazo superior a dez dias, o pastor necessitará de licença do Conselho; (pro) digo por prazo inferior, basta comunicar ao vice-presidente. O pastor-evangelista pedirá licença à Comissão Executiva do Presbitério. Artigo 40 - É assegurado, anualmente, aos ministros em atividade, o gozo de

um mês de férias, seguida ou parceladamente, com os vencimentos. Artigo 41 - Conceder-se-á licença ao ministro, com vencimentos integrais, até um ano, para tratamento de saúde; além desse prazo, com possíveis reduções de vencimentos, a juízo do Presbitério, quando pastor-evangelista; e do Conselho, quando pastor-efetivo. Artigo 42 - Ao ministro poderá ser concedida licença, sem vencimentos, por um ano, para tratar de interesses particulares; essa licença poderá ser renovada por mais um ano, findo o qual, se o ministro não voltar à atividade será desprovido sem censura. Artigo 43 - Fica a juízo dos Presbitérios conceder ou não licença aos seus ministros para se ocuparem em trabalhos de assistência social ou de natureza religiosa, fora dos limites da Igreja Presbiteriana, devendo prestar relatório anual informativo aos Presbitérios. Artigo 44 - Ao ministro que tenha servido, por longo tempo e satisfatoriamente, a uma igreja, poderá esta, pelo voto da assembleia e aprovação do Presbitério, oferecer-lhe, com ou sem vencimentos, o título de Pastor Emérito. § único - O pastor Emérito não tem parte na administração da igreja, embora continue a ter voto nos concílios superiores ao Conselho. Artigo 45 - A passagem de um ministro para outro Presbitério ou para outra comunidade evangélica, far-se-á por meio de carta de transferência com destino determinado. Enquanto não for aceito continua o ministro sob jurisdição do Concílio que expediu a carta. § 1º - A carta de transferência é válida por um

ano, a contar da expedição. § 1º - Nenhum Presbiterio poderá dar carta de transferência a ministro em licença para tratar de interesses particulares sem que primeiro o ministro regularize sua situação. Artigo 46 - A admissão de um ministro que venha de outro Presbiterio dependerá da conveniência do Concilio que o admitir, podendo, ainda, este ultimo, procurar conhecer suas opiniões teológicas. Artigo 47 - A admissão de um ministro de outra comunidade evangelica ao ministerio da Igreja Presbiteriana do Brasil far-se-á por meio de carta de transferência; recebida esta, o Presbiterio examinará o ministro quanto aos motivos que o levaram a tal passo, quanto à vocação ministerial, opiniões teológicas, governo e disciplina da Igreja, e far-lhe-á, no momento oportuno, as perguntas dirigidas aos ordenados. Artigo 48 - Os ministros serão despojados do officio por: a) deposição; b) exoneração a pedido; c) exoneração administrativa nos termos do artigo 42, in fine. § 1º - Despojado o ministro por exoneração, designará o Presbiterio a igreja a que deva pertencer. § 2º - O despojamento por exoneração a pedido só se dará pelo voto de dois terços dos membros do Presbiterio. Artigo 49 - O ministro poderá ser jubilado por motivo de saúde, idade, tempo de trabalho ou invalidez. § 1º - Ao atingir trinta e cinco anos de atividades efetivas, inclusive a licenciatura, o ministro terá direito à jubilação. § 2º - Ao completar setenta anos de idade a jubilação será compulsoria. § 3º - A lei ordinária regulamentará a jubilação por motivo de saúde ou invalidez. § 4º - A jubilação pōe

fim ao exercício pastoral; não importa, porém, na perda dos privilégios de ministro, a saber: pregar o evangelho, ministrar os sacramentos, presidir Conselho, quando convidado, e ser eleito secretário Executivo ou tesoureiro. § 6º - Cabe ao Presbitério propor a jubilação, e ao Supremo Concílio efetivá-la de acordo com a lei de jubilação que estiver em vigor. Seção 3ª - Presbíteros e Diáconos.

Seção 3ª - Presbíteros

e Diáconos.

Artigo 50 - O Presbítero regente é o representante imediato do povo, por este eleito e ordenado pelo Conselho, para, juntamente com o pastor, exercer o governo e a disciplina e zelar pelos interesses da igreja a que pertencer, bem como pelos de toda a comunidade, quando para isso eleito ou designado.

Artigo 51 - Compete ao presbítero: a) levar ao conhecimento do Conselho as faltas que não puder corrigir por meio de admoestações particulares; b) auxiliar o pastor no trabalho de visitas; c) informar o pastor os casos; d) instruir os neófitos, consolar os aflitos e cuidar da infância e da juventude; e) orar com os crentes e por eles; f) informar o pastor dos casos de doenças e aflições; g) distribuir os elementos da Santa Ceia; h) tomar parte na ordenação de ministros e oficiais; i) representar o Conselho no Presbitério, este no Sínodo e no Supremo Concílio.

Artigo 52 - O presbítero tem nos concílios da Igreja autoridade igual à dos ministros.

Artigo 53 - O diácono é o oficial eleito pela igreja e ordenado pelo Conselho, para, sob a supervisão deste, dedicar-se especialmente: a) à arrecadação de ofertas para fins piedosos; b) ao cuidado dos pobres, doentes e inválidos; c) à manutenção da ordem e reverência nos lugares reservados ao serviço divino; d)

exercer a fiscalização para que haja boa ordem na Casa de Deus e suas dependências. Artigo 54 - O exercício do presbiterato e do diaconato limitar-se-á ao período de cinco anos, que poderá ser renovado.

§ 1.º - Três meses antes de terminar o mandato, o conselho fará proceder a nova eleição. § 2.º - Findo o mandato do presbítero e não sendo reeleito, ou tendo sido exonerado a pedido, ou, ainda, por haver mudado de residência que não lhe permita exercer o cargo, ficará em disponibilidade, podendo, entretanto, quando convidado: a) distribuir os elementos da Santa Ceia; b) tomar parte na ordenação de novos oficiais. Artigo 55 - O presbítero e o diácono devem ser assíduos e pontuais no cumprimento de seus deveres, irrepreensíveis na moral, sãos na fé, prudentes no agir, discretos no falar e exemplos de santidade na vida. Artigo 56 -

As funções de presbítero ou de diácono cessam quando: a) terminar o mandato, não sendo reeleito; b) mudar-se para lugar que o impossibilite de exercer o cargo; c) for deposto; d) ausentar-se sem justo motivo, durante seis meses, das reuniões do Conselho, se for presbítero e da junta diaconal, se for diácono; e) for exonerado administrativa-mente ou a pedido, ouvida a igreja. Artigo 57 -

Aos presbíteros e aos diáconos que tenham servido satisfatoriamente a uma igreja por mais de vinte e cinco anos, poderá esta, pelo voto da Assembleia, oferecer o título de Presbítero ou Diácono Emérito, respectivamente, sem prejuízo do exercício do seu cargo, se para ele forem reeleitos. § Único: Os presbíteros eméritos, no caso de não serem reeleitos, poderão assistir às reuniões do Conselho,

sem direito a voto. Artigo 58 - A Junta Seccional
dirigir-se-á por um regimento aprovado pelo Con-
selho. Capitulo V - Concilios em geral. Secção 1.ª - Con-
cilios em geral. Artigo 59 - Os Concilios da Igreja
Presbiteriana do Brasil são assembleias constitui-
das de ministros e presbíteros regentes. Artigo 60 -
Estes concilios são: Conselhos da Igreja, Presbitério,
Sínodo, e Supremo Concilio. Artigo 61 - Os Conci-
lios guardam entre si graduação de governo e dis-
ciplina; e, embora cada um exerça jurisdição
original e exclusiva sobre todas as matérias da
sua competência, os inferiores estão sujeitos à au-
toridade, inspecção e disciplina dos superiores. Ar-
tigo 62 - Os Concilios da Igreja Presbiteriana do
Brasil em ordem ascendente são: a) O Conselho,
que exerce jurisdição sobre a Igreja local; b) O Pres-
bitério, que exerce jurisdição sobre os ministros e
conselhos de determinada região; c) O Sínodo,
que tem jurisdição sobre três ou mais Presbitérios;
d) O Supremo Concilio, que exerce jurisdição sobre
todos os concilios. Artigo 63 - Nenhum documento
subirá a qualquer Concilio, senão por intermédio
do inferior competente, salvo quando este recusar-
se a encaminhá-lo. Artigo 64 - Se qualquer ato de
um Concilio, caberá recurso para o imediatamente
superior, dentro do prazo de noventa dias a contar
da ciência do ato impugnado. Único - Este recurso
não tem efeito suspensivo. Artigo 65 - Se qualquer
membro de um concilio discordar de resoluções d'este,
sem contudo, desejar recorrer, poderá expressar sua
opinião contra pelo: a) dissentimento; b) protesto.
§ 1.º - Dissentimento - é o direito que tem qualquer
membro de um Concilio de manifestar opiniões di-

ferente ou contrária à da maioria. § 1º - Protesto - é a declaração formal e enfática por um ou mais membros de um Concílio, contra o julgamento ou deliberação da maioria, considerada errada ou injusta. Todo protesto deve ser acompanhado das razões que o justifiquem, sob pena de não ser registrado em ata. § 3º - O dissentimento e o protesto deverão ser feitos por escrito em termos respeitosos e com tempo bastante para serem lançados em ata. Poderá o Concílio registrar em seguida ao dissentimento ou ao protesto, as razões que fundamentarem a resolução em apreço. Artigo 66 - Os membros dos Concílios são: a) Efetivos - os ministros e presbíteros que constituem o Concílio, bem como o presidente da legislatura anterior, b) Ex-officio - os ministros e presbíteros em comissões ou encargos determinados por seu Concílio e os presidentes dos concílios superiores, os quais gozarão de todos os (privilégios, menos) digo direitos, menos o de votar; c) Correspondentes - ministros da Igreja Presbiteriana do Brasil que, embora não efetivos, estejam presentes, podendo fazer uso da palavra; d) Visitantes - ministros de quaisquer comunidades evangélicas, que serão convidados a tomar assento, sem direito a deliberar. § único - O disposto na alínea b deste artigo não se aplica aos Conselhos. Artigo 67 - A mesa do Presbitério, do Sinodo ou do Supremo Concílio compor-se-á de: presidente, vice-presidente, secretário executivo, secretários temporários e (tesoureiros) digo tesoureiro. § 1º - o presidente, os secretários temporários e o tesoureiro serão eleitos para uma legislatura; aqueles, imediatamente depois da abertura dos trabalhos;

e este após aprovadas as contas da tesouraria.

§ 2º - O secretário executivo do presbitério será eleito por três anos; e do Sínodo e do Supremo Concílio para duas legislaturas. § 3º - O vice-presidente será o presidente da reunião ordinária anterior e, na sua ausência, substituí-lo-á o secretário executivo. § 4º - Quando o presidente eleito pelo Concílio for presbítero, as funções privativas do ministro serão exercidas pelo ministro que o presidente escolher. § 5º - Para os cargos de secretário executivo e de tesoureiro poderão ser eleitos ministros e presbíteros que não sejam membros do Concílio, mas que o sejam de Igrejas pelo mesmo jurisdicionadas, sem direito a voto. Artigo 68 - Só

podem tomar assento no plenário dos (Concílios) de go Concílios os que apresentarem à mesa as devidas credenciais juntamente com o livro de atas, relatório e estatística das respectivas igrejas, no caso de Presbitério; as credenciais, os livros de atas e o relatório do Concílio que representarem, quando se tratar de Sínodo ou do Supremo Concílio. Artigo 69 - A autoridade dos concílios será espiritual, declarativa e judiciária, sendo-lhes vedado infligir castigos ou penas temporais e formular resoluções que, contrárias à Palavra de Deus, obriguem a consciência dos crentes. Artigo 70 - Compete aos Concílios: a) dar testemunho contra erros de doutrina e prática; b) exigir obediência aos preceitos de Nosso Senhor Jesus Cristo, conforme a Palavra de Deus; c) promover e dirigir a obra de educação religiosa e evangélica da comunidade sob sua jurisdição, escolhendo e nomeando pessoas idôneas para ministrá-las. d) velar pelo fiel cumprimento

to da presente Constituição; e) cumprir e fazer cumprir com zelo e eficiência as suas determinações, bem como as ordens e resoluções dos concílios superiores; f) excetuados os Sinodos, nomear representantes aos concílios superiores e suplentes que correspondam ao número e ofício, custeando-lhes as despesas de viagem; g) propor aos concílios superiores quaisquer assuntos que julgarem oportunos; h) determinar planos e medidas que contribuam para o progresso, paz e pureza da comunidade sob sua jurisdição; i) receber e encaminhar ao concílio imediatamente superior os recursos, documentos ou memoriais que lhes forem apresentados com esse fim, uma vez redigidos em termos convenientes; j) fazer subir ao concílio imediatamente superior representações, consultas, referências, memoriais e documentos que julgarem oportunos; k) enviar ao concílio imediatamente superior, por seus representantes, o livro de atas, o relatório de suas atividades, e a estatística do trabalho sob sua jurisdição; l) examinar os atas e relatórios do concílio imediatamente inferior; m) tomar conhecimento das observações feitas pelos Concílios superiores às suas atas, inserindo o registro desse fato na ata de sua primeira reunião; n) julgar as representações, consultas, referências, recursos, documentos e memoriais de seus membros ou os que subirem dos Concílios inferiores; o) tomar medidas de caráter financeiro para a manutenção do trabalho que lhes tenha sido confiado. Artigo 71. Quando um concílio tiver de decidir questões de doutrina e prática, disciplinares ou administrativas, a respeito das quais não haja lei ou inter-

pretação firmada, resolverá como julgar de direito, devendo, contudo submeter o caso ao concílio superior. § único. São considerados assunto dessa natureza: a) casos novos; b) matéria em que o concílio esteja dividido; c) matéria que exija solução preliminar ou seja de interesse geral. Artigo 72 - As sessões dos concílios serão abertas e encerradas com oração e, excetuadas as do Conselho, serão públicas, salvo em casos especiais. Artigo 73 - O Presbitério se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por ano; o Sinodo, bienalmente, nos anos ímpares; e o Supremo Concílio quatrienalmente, em anos pares. Artigo 74 - Os concílios reunir-se-ão extraordinariamente, quando: a) o determine o próprio concílio; b) a sua mesa julgar necessário; c) o determinarem concílios superiores; d) requerido por três ministros e dois presbíteros, no caso de Presbitérios; por cinco ministros e três presbíteros representando ao menos dois terços dos Presbitérios, em se tratando de Sinodos; e por dez ministros e cinco presbíteros representando pelo menos dois terços dos Sinodos, para o Supremo Concílio. § 1º - Nas reuniões extraordinárias, deverão os trabalhos dos Concílios ser dirigidos pela mesa da reunião ordinária anterior e só se tratará da matéria indicada nos termos da convocação. § 2º - Na reunião extraordinária poderão servir os mesmos representantes da reunião ordinária anterior, salvo se os respectivos concílios os tiverem substituído. Se-

Seção 2ª - Conselho da Igreja. Artigo 75 - O Conselho da Igreja é o Concílio que exerce jurisdição sobre uma Igreja e é composto do pastor, ou pastores, e dos presbíteros. Artigo 76 - O quorum do Conselho será constituído do pastor e um terço dos presbíteros, não podendo

o número destes ser inferior a dois. § 1º - O Conselho poderá em caso de urgência, funcionar com um pastor e um presbítero, quando não tiver mais de três, ad-referendum da próxima reunião regular. § 2º - O pastor exercerá as funções plenas de Conselho, em caso de falecimento, mudança de domicílio, renúncia coletiva ou recusa de comparecimento dos presbíteros; em qualquer desses casos levará o fato, imediatamente ao conhecimento da Comissão Executiva do Presbitério. § 3º - Quando não for possível, por motivo justo, reunir-se o Conselho para exame de candidatos à profissão de fé, o pastor o fará, dando conhecimento de seu ato ao referido Concílio, na sua primeira reunião. Artigo 77 - O Conselho só poderá deliberar sobre assunto administrativo com a maioria dos seus membros. Artigo 78 - O pastor é o presidente do Conselho que, em casos de urgência, poderá funcionar sem ser presidido por um ministro, quando não se tratar de admissões, transferência ou disciplina de membros; sempre, porém, ad-referendum do Conselho, na sua primeira reunião. § 1º - O pastor poderá convidar outro ministro para presidir o Conselho; caso não possa fazê-lo por ausência ou impedimento, o vice-presidente deverá convidar outro ministro para presidi-lo, de preferência ministro do mesmo presbitério e, na falta deste, qualquer outro da Igreja Presbiteriana do Brasil. § 2º - Quando não for possível encontrar ministro que presida o Conselho, cabe ao vice-presidente convocá-lo e assumir a presidência sempre ad-referendum da primeira reunião. § 3º - Havendo mais de um pastor, a presidência será alternada, salvo outro entendimento;

se todos estiverem presentes, e que não presidir terá direito a voto. Artigo 79 - Recusando-se o pastor a convocar o Conselho a pedido da maioria dos presbíteros, ou de um quando a Igreja não tiver mais de dois, o presbítero ou presbíteros levarão o fato ao conhecimento da Comissão Executiva do Presbitério. Artigo 80 - O pastor é sempre o representante legal da Igreja, para efeitos civis e, na sua falta, o seu substituto. Artigo 81 - O Conselho reunir-se-á: a) pelo menos de três em três meses; b) quando convocado pelo pastor; c) quando convocado pelo vice-presidente no caso do § 2º do art. 78; d) a pedido da maioria dos presbíteros, ou de um presbítero, quando a igreja não tiver mais de dois; e) por ordem do Presbitério. Parágrafo único - Nas igrejas mais longínquas, o período referido na alínea "a", poderá ser maior, a critério do pastor-evangelista. Artigo 82 - Será ilegal qualquer reunião do Conselho, sem convocação pública ou individual de todos os presbíteros, com tempo bastante para o comparecimento. Artigo 83 - São funções privativas do Conselho: a) exercer o governo espiritual e administrativo da Igreja sob sua jurisdição, zelando, atentamente pela fé e comportamento dos crentes, de modo que não negligenciem os seus privilégios e deveres; b) admitir, disciplinar, transferir e demitir membros; c) impor penas e relevá-las; d) encaminhar a escolha e eleição dos presbíteros e diaconos, ordená-los e instalá-los, depois de verificar a regularidade do processo das eleições e a idoneidade dos escolhidos; e) encaminhar a escolha e eleição de pastores; f) receber o ministro designado pelo presbitério para o cargo de pastor; g) estabelecer e orientar a junta

diaconal; h) supervisionar, orientar e superintender a obra de educação religiosa, o trabalho das sociedades auxiliaadoras femininas, das uniões de moçidade e outras organizações da igreja, bem como a obra educativa em geral e quaisquer atividades espirituais; i) exigir que os oficiais e funciona-

Fica ressal-
vada a
entrelinha
na linha
oitava (8)
Abraço

rios sob sua direção cumpram fielmente suas obrigações; j) organizar e manter em dia o rol de membros comungantes e de não comungantes; k) apresentar anualmente à igreja relatório das suas atividades, acompanhado das respectivas estatísticas; l) resolver caso de dúvida sobre doutrina e prática, para orientação da consciência cristã; m) suspender a execução de medidas votadas pelas sociedades domésticas da igreja que possam prejudicar os interesses espirituais; n) examinar os relatórios, os livros de atas e os livros das tesorarias das organizações domésticas, registrando neles as suas observações; o) aprovar ou não os estatutos das sociedades domésticas da igreja e dar posse às suas diretorias; p) estabelecer pontos de pregações e congregações; q) velar pela regularidade dos serviços religiosos; r) eleger representante ao Presbitério; s) velar por que os pais não se descuidem de apresentar seus filhos ao batismo; t) observar e pôr em execução as ordens legais dos concílios superiores; u) designar, se convier, mulheres piedosas para cuidarem dos enfermos, dos presos, das viúvas e orfãos, dos pobres em geral, para alívio dos que sofrem. Artigo 84 - O Conselho elegerá anualmente um vice-presidente, um ou mais secretários e um tesoureiro, sendo este, de preferência, oficial da igreja. Parágrafo único - O pastor acumulará o cargo de secretário somente quando não

Seção 3ª - Pres-
bitério.

houver presbítero habilitado para o desempenho do referido cargo. Seção 3ª - Presbitério. Artigo 85 - O Presbitério é o Concílio constituído de todos os ministros e presbíteros representantes de igrejas de uma região determinada pelo Sínodo. § único - cada igreja será representada por um presbítero, eleito pelo respectivo conselho. Artigo 86 - Três ministros e dois presbíteros constituíram o quorum para o funcionamento legal do Presbitério. Artigo 87 - Nenhum Presbitério se formará com menos de quatro ministros em atividade e igual número de igrejas. Artigo 88 - São funções privativas do presbitério: a) admitir, transferir, disciplinar, licenciar e ordenar candidatos ao ministério e designar onde devem trabalhar; b) conceder licença aos ministros e estabelecer ou dissolver as relações destes com as igrejas ou congregações; c) admitir, transferir e disciplinar ministros e propor a sua jubilação; d) designar ministros para igrejas vagas e funções especiais; e) velar por que os ministros se dediquem diligentemente ao cumprimento da sua sagrada missão; f) organizar, dissolver, unir e dividir igrejas e congregações e fazer que observem a Constituição da Igreja; g) receber e julgar relatórios das igrejas, dos ministros e das comissões a eles subordinadas; h) julgar da legalidade e conveniência das eleições de pastores, promovendo a respectiva instalação; i) examinar as atas dos conselhos, inserindo nas mesmas as observações que julgar necessárias; j) providenciar para que as igrejas remetam pontualmente o décimo de sua renda para o Supremo Concílio; l) estabelecer e manter trabalhos de evangelização, dentro dos seus próprios limites, em regiões

não ocupadas por outros presbitérios ou missões presbiterianas; m) velar por que as ordens dos concílios superiores sejam cumpridas; n) visitar as igrejas com o fim de investigar e corrigir quaisquer males que nelas se tenha suscitado; o) propor ao Sínodo e ao Supremo Concílio todas as medidas de vantagem para a Igreja em geral; p) eleger representantes aos concílios superiores. Artigo 89.

A representação do Presbitério no Sínodo será constituída de três ministros e três presbíteros até dois mil membros; e mais um ministro e um presbítero para cada grupo de dois mil membros.

Artigo 90 - A representação do Presbitério ao Supremo Concílio será constituída de dois ministros e dois presbíteros até dois mil membros; e mais um ministro e um presbítero para cada

grupo de dois mil membros. Secção 4.ª - Sínodo.

Artigo 91 - O Sínodo é a assembleia de ministros e presbíteros que representam os presbitérios de uma região determinada pelo Supremo Concílio.

Artigo 92 - O Sínodo constituir-se-á de, pelo menos, três presbitérios. Artigo 93 - Cinco ministros e dois presbíteros constituem número legal para funcionamento do Sínodo, desde que estejam representados dois terços dos presbitérios.

Artigo 94 - Compete ao Sínodo: a) organizar, disciplinar, fundir, dividir e dissolver presbitérios; b) resolver dúvidas e questões que subam dos presbitérios; c) superintender a obra de evangelização, de educação religiosa, o trabalho feminino e o da mocidade, bem como as instituições religiosas, educativas e sociais, no âmbito sinodal, de acôr-

do com os padrões estabelecidos pelo Supremo

Concílio; d) designar ministros e comissões para a execução de seus planos; e) executar e fazer cumprir suas próprias resoluções e as do Supremo Concílio; f) defender os direitos, bens e privilégios da Igreja; g) apreciar os relatórios e examinar as atas dos presbitérios de sua jurisdição, lançando nos livros respectivos as observações necessárias; (h) digo h) responder as consultas que lhe forem apresentadas; i) propor ao Supremo Concílio as medidas que julgar de vantagem geral para a Igreja. Secad 59 -

Secad 59 - Su. Supremo Concílio. Artigo 95 - O Supremo Concílio é a assembleia de deputados eleitos pelos presbitérios e o órgão de unidade de toda a Igreja Presbiteriana do Brasil, jurisdicionando igrejas e concílios, que mantêm o mesmo governo, disciplina e padrão de vida. Artigo 96 - Doze ministros e seis presbiteros, representando pelo menos, dois terços dos sinodos, constituirão número legal para o funcionamento do Supremo Concílio. Artigo 97 - Compete ao Supremo Concílio: a) formular sistemas ou padrões de doutrinas de prática, quanto à fé; estabelecer regras de governo, de disciplina e de liturgia, de conformidade com o ensino das Sagradas Escrituras; b) organizar, disciplinar, fundir e dissolver Sinodos; c) resolver em última instância, dúvidas e questões que subam legalmente dos concílios inferiores; d) corresponder-se, em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil, com outras entidades eclesásticas; e) julgar ministros; f) receber os dízimos das igrejas para manutenção das causas gerais; g) definir as relações entre a Igreja e o Estado; h) processar a admissão de outras organizações eclesásticas, que desejarem unir-se ou filiar-se à Igre-

ja Presbiteriana do Brasil; i) gerir, por intermédio de sua Comissão Executiva, toda a vida da Igreja, como organização civil; j) criar e superintender seminários, bem como estabelecer padrões de ensino pré-teológico e teológico; l) superintender, por meio de secretarias especializadas, o trabalho feminino, da mocidade e de educação religiosa e as atividades da infância; m) colaborar, no que julgar oportuno, com entidades eclesiais, dentro ou fora do país, para o desenvolvimento do reino de Deus, desde que não seja ferida a ortodoxia (da) do Presbiteriana; n) executar e fazer cumprir a presente Constituição e as deliberações do próprio Concílio; o) receber, transferir, alienar ou gravar com onus os bens da Igreja; p) examinar as atas dos sínodos, inserindo nelas as observações que julgar necessárias; q) examinar e homologar as atas da Comissão Executiva, inserindo nelas as observações julgadas necessárias; r) defender os direitos, bens e propriedades da Igreja. É único - Só o próprio Concílio poderá executar o preceituado nas alíneas "a", "g", "h", "j" e "m".

Capítulo VI - Comissões e Outras Organizações. (Artigo 98) digo Seção 1ª - Comissões Eclesiásticas. Artigo 98 - Podem os concílios nomear comissões, constituídas de ministros e presbíteros, para trabalhar, com poderes específicos, durante as sessões ou nos interregnos, devendo apresentar relatório do seu trabalho. Artigo 99 - Haverá três categorias de comissões: temporárias, permanentes e especiais. 1 - Temporárias - as que têm função durante as sessões do Concílio. 2 - Permanentes - as que funcionam durante os interregnos dos concílios, para discutir assuntos que lhes sejam entregues pelos mesmos;

Comissões e
Outras Or-
ganizações
(cap. VI).
Seção 1ª -
Comissões Ecle-
siásticas.

e cujo mandato se extinguirá com a reunião ordi-
nária seguinte, do aludido Concílio, ao qual deverá
apresentar relatório. 3. - Especiais - as que recebem
poderes específicos para tratar, em definitivo, de cer-
tos assuntos, e cujo mandato se extinguirá ao apre-
sentar relatório final. § 1.º - As da terceira catego-
ria serão constituídas pelo menos de três ministros
e dois presbíteros. § 2.º - As duas primeiras funciona-
rão com a maioria dos seus membros. § 3.º - Classifi-
cam-se entre as comissões permanentes as várias
"juntas", subordinadas ao Supremo Concílio. Arti-
go 100 - ao nomear comissões, os concílios deverão ter
em conta a experiência e capacidade dos seus com-
ponentes, bem como a facilidade de se reunirem.

§ único. As vagas que se verificarem nas comissões, duran-
te o interregno, serão preenchidas pela comissão executiva
do concílio competente. Artigo 101 - Poderão os concílios e co-
missões executivas incluir nas suas comissões, minis-
tros e presbíteros que não estiverem na reunião, mas se-

Seção 2.º - Co-
missões Executivas

jam da sua jurisdição. Seção 2.º - Comissões Executi-
vas. Artigo 102 - Os concílios da Igreja, superiores ao con-
selho, atuam nos interregnos de suas reuniões, por inter-
médio das respectivas comissões executivas. § 1.º - As comis-
sões executivas dos presbitérios e dos sínodos se constituem

dos membros da mesa. § 2.º - A Comissão Executiva do Su-
premo Concílio é formada pelos seguintes membros de
sua mesa: presidente, vice-presidente, secretário executi-
vo e tesoureiro e pelos presidentes dos sínodos. Artigo 103 -

O Secretário Executivo do Supremo Concílio tem por fun-
ção cumprir e fazer cumprir as deliberações do referido
órgão ou de sua comissão executiva, movimentar as
atividades da Igreja sob a orientação da aludida co-
missão e cuidar do arquivo e da correspondência da

Seção 2.º - Co-
missões Executivas

Igreja. Artigo 104. - São atribuições das comissões executivas: a) zelar pela pronta e fiel execução das ordens emanadas dos concílios respectivos, ou baixadas, nos interregnos, em caráter urgente, pelos concílios superiores; b) resolver assuntos de urgência de atribuição dos respectivos concílios, quando surgirem nos interregnos, sempre ad-referendum dos mesmos. § único. - Nenhuma comissão executiva tem a faculdade de legislar ou de revogar resoluções tomadas pelo respectivo concílio. Poderá, entretanto, quando ocorrerem motivos sérios, pelo voto unânime de seus membros, alterar resoluções do mesmo. Poderá também, em casos especiais, suspender a execução de medidas votadas, até

Secção 3ª. Au- a imediata reunião do concílio. Secção 3ª. - Autarquias

tarquias. Artigo 105. - Podem os concílios organizar, sempre que julgarem oportuno, autarquias, para cuidar dos interesses gerais da igreja. § 1º. - As autarquias são entidades autônomas no que se refere ao seu governo e administração interna, subordinadas porém, ao concílio competente. § 2º. - As autarquias se regem por estatutos aprovados pelos respectivos concílios, aos quais deverão

Secção 4ª. Se- dar relatório das atividades realizadas. Secção 4ª. - Secre-

retárias Gerais. Artigo 106. - O Supremo Concílio poderá nomear secretários gerais; o Sínodo e o Presbitério, secretários de causas - para superintenderem trabalhos especiais. § 1º. - Os secretários nomeados deverão dar relatório de suas atividades aos respectivos concílios, e seus mandatos se estenderão apenas por uma legislatura, podendo ser reeleitos. § 2º. - Cabe ao concílio votar verba para organizações e expediente de cada secretaria, devendo ouvir os secretários, quanto às ne-

Secção 5ª. - Enti- cessidades do respectivo departamento. Secção 5ª. -

tidades Para. E. Entidades Para. eclesiasísticas. Artigo 107. - São enti-

eclesiásticas. Para-eclesiásticas aquelas de cuja direção os concílios participam, mas sobre as quais não têm jurisdição. Capítulo VII - Ordem da Igreja. Seção 1ª - Doutrina da Vocação. Artigo 108 - Vocação para ofício na Igreja é a chamada de Deus, pelo Espírito Santo, mediante o testemunho interno de uma boa consciência e a aprovação do povo de Deus, por intermédio de um concílio. Artigo 109 - Ninguém poderá exercer ofício na Igreja sem que seja regularmente eleito, ordenado e instalado no cargo por um concílio competente. § 1º - Ordenar é admitir uma pessoa vocacionada ao desempenho do ofício na Igreja de Deus, por imposição das mãos, segundo o exemplo apostólico, e oração pelo concílio competente. § 2º - Instalar é investir a pessoa no cargo para que foi eleita e ordenada. § 3º - Sendo vários os ofícios eclesiásticos, ninguém poderá ser ordenado e instalado separadamente para o desempenho de um cargo definido. Seção 2ª - Eleição de Oficiais. Artigo 110 - Cabe à assembleia da igreja local, quando o respectivo conselho julgar oportuno, eleger pastor efetivo, presbíteros e diaconos. Artigo 111 - O conselho convocará a assembleia da igreja e determinará o número de oficiais que deverão ser eleitos, podendo sugerir nomes dos que lhe pareçam aptos para os cargos, e baixará instruções para o bom andamento do pleito, com ordem e decência. § único - O pastor, com antecedência de ao menos trinta dias, instruirá a igreja a respeito das qualidades que deve possuir e escolhido para desempenhar o ofício. Artigo 112 - Só poderão votar e ser votados nas assembleias da igreja local os membros em plena comunhão, cujos nomes estiverem no rol organizado pelo conselho, observado o que estabelece o artigo 13 e seus parágrafos. Seção 3ª -

Secção 3ª - Orde. Ordenação e Instalação de Presbíteros e Diáconos. Arti-

nação e Instalação de Presbíteros e Diáconos. Artigo 113 - Aceito alguém que aceite o cargo, e, não havendo objecção do conselho, designará este o lugar, dia e hora da ordenação e instalação, que serão realizadas perante a igreja. Artigo 114 - Só poderá ser ordenado e instalado quem, depois de instruído, aceitar a doutrina, o governo e a disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil, devendo a igreja prometer tributar-lhe honra e obediência ao Senhor, segundo a palavra de Deus e esta Constituição. Secção 4ª - Candidatura e Licenciatura para o Sagrado Ministério. Artigo 115 - Quem se sentir chamado para o ministério da Palavra de Deus, deverá apresentar ao presbitério os seguintes atestados: a) de ser membro da igreja em plena comunhão; b) do conselho, declarando que, no trabalho da igreja, já demonstrou vocação para o ministério Sagrado; c) de sanidade física e mental, fornecido por profissional indicado pelo concílio. Artigo 116 - Aceitos os documentos de que trata o artigo anterior, o concílio examinará o aspirante quanto aos motivos que o levaram a desejar o ministério; e, sendo satisfatórias as respostas, passará a ser considerado candidato. Artigo 117 - Quando o presbitério julgar conveniente, poderá cassar a candidatura referida no artigo anterior, registrando as razões do seu ato. Artigo 118 - Ninguém poderá apresentar-se para licenciatura, sem que tenha completado o estudo das matérias dos cursos regulares de qualquer dos seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil. § 1º - Em casos (especiais) digno excepcionais, poderá ser aceite para licenciatura candidato que tenha feito curso em outro seminário idôneo ou que tenha feito um curso teológico de conformida-

Secção 4ª - Com. Secção 4ª - Candidatura e Licenciatura para o Sagrado Ministério. Artigo 115 - Quem se sentir chamado para o ministério da Palavra de Deus, deverá apresentar ao presbitério os seguintes atestados: a) de ser membro da igreja em plena comunhão; b) do conselho, declarando que, no trabalho da igreja, já demonstrou vocação para o ministério Sagrado; c) de sanidade física e mental, fornecido por profissional indicado pelo concílio. Artigo 116 - Aceitos os documentos de que trata o artigo anterior, o concílio examinará o aspirante quanto aos motivos que o levaram a desejar o ministério; e, sendo satisfatórias as respostas, passará a ser considerado candidato. Artigo 117 - Quando o presbitério julgar conveniente, poderá cassar a candidatura referida no artigo anterior, registrando as razões do seu ato. Artigo 118 - Ninguém poderá apresentar-se para licenciatura, sem que tenha completado o estudo das matérias dos cursos regulares de qualquer dos seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil. § 1º - Em casos (especiais) digno excepcionais, poderá ser aceite para licenciatura candidato que tenha feito curso em outro seminário idôneo ou que tenha feito um curso teológico de conformida-

de com o programma que lhe tenha sido traçado pelo presbitério. § 2º - O presbitério acompanhará o preparo dos candidatos por meio do tutor eclesiástico. Artigo 119 - O candidato, concluidos seus estudos, apresentará-se ao presbitério que o examinará quanto à sua experiência religiosa e motivos que o levaram a deixar o Sagrado ministério, bem como nas matérias do curso teológico. § único - Poderá o presbitério dispensar o candidato do exame das matérias do curso teológico; não o dispensará nunca do relativo à experiência religiosa; opiniões teológicas e conhecimento dos símbolos de fé, exigindo a aceitação integral dos últimos. Artigo 120 - Leve ainda o candidato à licenciatura a apresentar ao presbitério: a) uma exegese de um passo das Escrituras Sagradas, no texto original em que deverá revelar capacidade para a crítica, método de exposição, lógica nas conclusões e clareza ao salientar a força e expressão da passagem bíblica; b) uma tese de doutrina evangélica da Confissão de Fé; c) um sermão proferido em público, perante o concílio, no qual o candidato deverá revelar sua doutrina, boa forma literária, retórica, didática e sobretudo, espiritualidade e piedade. § único - No caso § 1º do artigo 118, poderá ser dispensada a exegese no texto original. Artigo 122 - Podem ser da livre escolha do candidato os assuntos das provas para a licenciatura. Artigo 123 - Julgadas suficientes essas provas, procederá o presbitério à licenciatura, de conformidade com a liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil. § único - Poderá o presbitério delegar a uma comissão especial o exame, a aprovação ou não, e licenciatura do candidato. Artigo 124 - O presbitério, após a licen-

ciatura, determinará o lugar e o prazo em que o licenciado fará experiência de seus dons, designando-lhe também um tutor eclesialístico sob cuja direção trabalhará. § 1.º - O licenciado não poderá ausentar-se do seu campo sem licença do seu tutor. § 2.º -

O relatório das atividades do licenciado poderá ser apresentado ao Presbitério pelo seu tutor ou pelo próprio candidato à ordenação, mediante proposta do tutor e assentimento do concílio. § 3.º - O período de experiência do licenciado não deve ser menor de um ano, nem mais de três, salvo casos especiais, a juízo do presbitério. Artigo 125 - Quando o candidato ou licenciado mudar-se, com permissão do presbitério, para limites de outro concílio, ser-lhe-á concedida carta de transferência. Artigo 126 - A licenciatura pode ser cassada em qualquer tempo, devendo o presbitério registrar em ata os motivos

que determinaram essa medida. Seção 5.ª - Ordenação de licenciados. Artigo 127 - Quando o Presbitério julgar que o licenciado, durante o período de experiência, deu provas suficientes de haver sido chamado para o ofício sagrado e de que o seu trabalho foi bem aceito, tomará as providências para a sua ordenação. Artigo 128 - As provas para ordenação consistem de: a) exame da experiência religiosa do ordenado, e, em seguida, depois de licenciado, das doutrinas e práticas mais correntes no momento; história eclesialística, movimento missionário, sacramentos e problemas da Igreja; b) sermão em público perante o presbitério. Artigo 129 - O exame referente à experiência religiosa e a crítica do sermão de prova serão feitos perante o concílio somente. Artigo 130 - Julgadas suficientes

as provas, passará o presbitério a ordená-lo, de conformidade com a liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil. Artigo 131 - Se o presbitério julgar que o licenciado não está habilitado para a ordenação, adiá-lo a por tempo que não exceda de um ano, podendo esse prazo ser renovado. § único - Se depois de três anos, o candidato não puder habilitar-se para ordenação, ser-lhe-á cassada a licenciatura e conseqüentemente a sua candidatura. Artigo 132 -

Haverá na secretaria permanentemente do presbitério um livro, em que o recém-ordenado, logo após recebido como membro do concílio subscreverá o compromisso de ben e fielmente servir ao Ministério Sagrado. § único - Essa exigência aplica-se também aos ministros que vêm de outra igreja evangélica. Seção 6ª - Relação Pastoral.

Artigo 133 - Na designação de pastores, obedecer-se-á aos critérios da conveniência da obra evangélica, tanto local como regional, atendendo-se também à preferência particular do ministro, quando esta não colidir com os interesses da igreja. Artigo 134 - A igreja que desjar convidar para seu pastor ministro em igual cargo em outra igreja, ou quem esteja para ser ordenado, deve dirigir-se ao seu próprio presbitério. Artigo 135 - Quando se tratar de pastor ou de ordenado do mesmo presbitério, cabe a este resolver se deverá ou não entregar-lhe o convite. § único - Se a

igreja de que é pastor o convidado apresentar ao presbitério objeção à saída do pastor, e se o ministro entregar a solução do caso ao concílio deverá este conservá-lo na igreja por ele pastoreada, caso não haja motivo de ordem superior para proceder de outra forma. Artigo 136 - Quando se tratar do convite a pastor ou recém-ordenado, jurisdicionado por outro

Seção 6ª. Relação Pastoral.

presbitério e concílio que receber o documento encaminhá-lo à aquele presbitério, que solucionará o caso dando ciência ao concílio interessado.

Artigo 137 - O convite de que trata o artigo 135 será encaminhado ao secretário do presbitério, devendo também ser encaminhada uma cópia ao secretário do conselho da igreja de que o convidado é pastor.

Artigo 138 - A dissolução das relações de pastor-efetivo com a igreja confiada aos seus cuidados verificar-se-á: a) a pedido do pastor, ouvida a igreja; b) a pedido da igreja, ouvido o pastor; c) administrativamente pelo concílio que tiver jurisdição sobre o ministro, depois de ouvido este e a igreja.

Disposições Gerais

Artigo 139 - Esta Constituição, a Confissão de Fé e os Catecismos Gerais e Breve, em vigor na Igreja Presbiteriana do Brasil, não podem ser emendados ou reformados senão por iniciativa do Supremo Concílio.

É único - Emendas são modificações que atingem apenas partes da Constituição ou dos Símbolos de Fé; Reforma é a alteração que modifica o todo ou grande parte deste.

Artigo 140 - As emendas de que trata o artigo anterior serão feitas do seguinte modo: a) surgindo no plenário do Supremo Concílio alguma proposta, que mereça estudo e consideração pela sua importância e oportunidade, será nomeada uma comissão de expediente para redigir o respectivo ante-projeto que, depois de aprovado pelo plenário do Supremo Concílio, baixará aos presbitérios para que se manifestem a respeito; b) estes concílios devem estudar o ante-projeto na sua primeira reunião ordinária e enviar o seu parecer à Comissão Executiva do Supremo Concílio; c)

se o ante-projeto tiver alcançado a aprovação de, pelo menos, dois terços dos presbitérios, será submetido ao Supremo Concílio, em sua primeira reunião ordinária.

As ser convocado o Supremo Concílio, dar-se-á conhecimento da matéria a ser discutida; d) esse concílio, composto de representantes de, pelo menos, dois terços dos presbitérios, elaborará, decretará e promulgará as emendas. Artigo 141 - A Reforma de que trata o artigo 139 processar-se-á do seguinte modo; a) surgindo no plenário do Supremo Concílio proposta que mereça estudo e consideração, pela sua importância e oportunidade, será nomeada uma comissão especial habilitada a fazer em conjunto o seu trabalho; b) esta comissão especial elaborará o ante-projeto de reforma, que será enviado à Comissão Executiva do Supremo Concílio, a fim de que esta o encaminhe aos presbitérios; c) deverão estes estudar o ante-projeto e enviar os seus pareceres à Comissão Executiva do Supremo Concílio; d) se, pelo menos, três quartos dos presbitérios se manifestarem favoráveis, em princípio, à reforma, a Comissão Executiva convocará o Supremo Concílio para se reunir em Assembleia Constituinte; (e) digo e) A Assembleia Constituinte, composta de representantes de, pelo menos, três quartos dos presbitérios, elaborará, decretará e promulgará a reforma, que tenha sido aprovada por maioria absoluta dos membros presentes, no caso da Constituição. Tratando-se dos Símbolos de Fé será necessária a aprovação de dois terços dos membros presentes. Artigo 142 - Quando se tratar de emendas ou reformas dos Símbolos de Fé, isto é, da Confissão de Fé e dos Catecismos Maior e Breve, o Supremo Concílio, ao nomear a Comissão de que trata

o artigo 141, levará em conta a conveniência de integrá-la com ministros que, reconhecidamente, se tenham especializado em teologia. Artigo 143 - O Supremo Concílio organizará: a) um manual de liturgia, de que possam servir-se as igrejas e sociedades internas; b) modelo de estatutos para concílios, igrejas e sociedades internas; c) modelo de regimento interno para os concílios; d) fórmulas para atas, estatísticas e outros trabalhos de caráter geral das congregações, igrejas e concílios; e) instruções sobre o critério a seguir no exame das atas dos concílios. Artigo 144 - Os estatutos e o regimento interno do Supremo Concílio devem regulamentar o seu funcionamento, tanto no que se refere às suas atividades eclesiais, como civis. § único - Quando se reunir em Assembleia Constituinte, poderá o Supremo Concílio elaborar um regimento interno suplementar, que oriente os seus trabalhos. Artigo 145 - São nulas de pleno direito quaisquer disposições que, no todo ou em parte, implícita ou expressamente, contrariarem ou ferirem a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil. § único - Este artigo deve constar obrigatoriamente dos estatutos dos concílios, das igrejas e de todas as demais organizações da Igreja Presbiteriana do Brasil, inclusive as sociedades internas. Disposições Transitórias.

Disposições Transitórias. Artigo 146 - Esta Constituição entrará em vigor a trinta e um de Outubro de mil novecentos e cinquenta, data que assinala o 433º aniversário da Reforma Religiosa do século XVI. § único - Até aquele dia estará em vigor a Constituição de 1937, ressalvadas as partes já reformadas pelo Supremo Conci-

lio, devendo as igrejas e os concílios, que até então se reunirem, reger-se por ela. Artigo 147 - Dentro do prazo de dois anos, a contar da data em que a presente Constituição entrar em vigor, as igrejas e congregações deverão reformar os seus estatutos, adaptando-os à nova Constituição. Artigo 148 - O prazo a que se refere o artigo 42 deverá contar-se a partir da reunião ordinária dos presbitérios em 1951. Artigo 149 - O parágrafo 2º do artigo 49 só entrará em vigor a primeiro de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis. Artigo 150 - Os co-pastores porventura existentes no momento em que entrar em vigor esta Constituição, continuarão em exercício até o término do mandato para o qual foram eleitos por suas igrejas. Artigo 151 - O Supremo Concílio reunir-se-á extraordinariamente em Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e um, com a mesma composição da assembléa de mil novecentos e cinquenta, para concluir os trabalhos constituintes, isto é, para votar as partes de disciplina e liturgia. Artigo 152 - Até que sejam promulgados o código de disciplina e os princípios de liturgia vigorarão as disposições da Constituição de 1937, nas partes que não contrariem a Constituição ora promulgada. E, assim, pela autoridade que recebemos, mandamos que esta Constituição seja divulgada e fielmente cumprida em todo o território da Igreja Presbiteriana do Brasil. Templo da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, vinte de Julho de mil novecentos e cinquenta, em Presidente Soares, Estado de Minas Gerais. (a) Benjamin Ruas, Matanael Cortez, Amantino Adorno Vassas, Jader Torres Coelho, Adolpho Anders, Torquato Marques dos Santos, Honório Pereira de Mota, Aggeu Vieira,

Luiz Pereira Boaventura, Natanael da Silveira Ben-
termiller, Jairo Borges Sobrinho, Renato Fúiza Teles,
Zacharias Bravo, Wilson N. Lício, João Rufion Filho,
Enézio Boarnste, Renato Ribeiro dos Santos, Hum-
berto Xavier Leuz Cesar, Antonio Nunes de Carvalho,
Samuel Brust, Roderick Carneiro de Melo, Abmael
Monteiro de Lima, Celipe Manoel de Campos, Griel
de Almeida Leitão, Oton Euanes Mourado, Soaner-
ges de Almeida Leitão, Sigival Moraes, Rubens Ma-
galhães Paes, Paschoal Luiz Pitta, José Borges dos
Santos Jr., José Carlos Roqueira, Mário Lício, Trasilho
Silveiras, Agenor Mafra, Waldemar Moraes Bezerra,
Rehemias Castelo Branco, João Francisco Alves Corrêa,
Jordanio Paulo da Silveira, Benedito Matos, Antonio Bas-
tos da Silva, Eugenio Martins Rosa, Martinho Rickli,
Tiago Leins, Osório Pereira Garcia, Paulo Braga Silveira,
Ismael de Arruda, Samuel Salcã, Orlando Sat-
tler, Osias Lamasceno, Heinz Neumann, Jerônimo Ro-
cha, Emmanuel Teixeira Bastos, Américo Gomes Coe-
lho, Cícero Siqueira, Lorothero Alfredo Costa, Azarias
Aguilar de Arruda, Antonio Eodoy, Henrique de Oli-
veira Camargo, Israel Batista de Oliveira, Antonio Me-
lo de Carvalho, Samuel Bercot Neto, Ebenezer Lurtado
Leiros, Juarez Liras, Roland Moro, Antonio Mar-
ques da Louca Jr., Harold H. Cook, José Ramos de
Andrade.

Plúrcio Percebilis - Presidente.

Ata da décima quarta sessão da vigésima Reunião Ordi-
nária do Supremo Concílio da Igreja Cristã Presbiteriana do
Brasil, efetuada em uma das dependências da Igreja Pres-
biteriana de Alto Jequitibá, em Presidente Soares, Estado
de Minas Gerais, presentes sessenta e seis membros, cu-
jos nomes estão registrados no livro de Presença; às sete